

O Artigo de Opinião Como Redação de Vestibular: Um Olhar Sobre A Construção Composicional do Gênero

The opinion article as a vestibular essay: a look at the genre compositional construction

Marilúcia Santos Domingos Striquer*

*Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Jacarezinho - PR, 86400-000,
 e-mail: marilucia@uenp.edu.br

Eliana Merlin Deganutti de Barros**

** Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Jacarezinho - PR, 86400-000,
 e-mail: edeganuti@hotmail.com.br

Resumo: Este artigo aborda o conceito de construção composicional de Bakhtin (2016) por um viés dialógico, a partir da perspectiva dos gêneros discursivos/textuais (BAKHTIN, 2016; BRONCKART, 2009), trazendo para o bojo da discussão o gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. O objetivo é mostrar como o conceito bakhtiniano de construção composicional extrapola a mera estrutura textual, esta comumente abordada, no ensino das redações, pelas tradicionais partes “introdução, desenvolvimento e conclusão”. Sem desprezar essa estrutura padrão dos textos em geral, este texto ressalta a importância de se pensar a composição “relativamente estável” do gênero a partir, primeiramente, da sua situacionalidade comunicativa. Neste trabalho, o artigo de opinião como redação de vestibular é tomado como um gênero discursivo/textual que funciona sob a dialética de dois contextos de produção: um virtual, relacionado ao gênero de referência social, inserido na esfera jornalística; outro real, relacionado ao contexto avaliativo do processo vestibular. Como base teórica, o texto apoia-se nos estudos de Bakhtin (2016) e Bronckart (2009) sobre gêneros discursivos/textuais, assim como de pesquisadores que tomam a redação de vestibular e o artigo de opinião como objeto de investigação. As análises empíricas tomam como *corpus* duas redações do vestibular 2018 da Universidade Estadual do Norte do Paraná avaliadas com as melhores notas (8,5), mas que não atingiram a pontuação máxima (10,0). Os resultados apontam a necessidade de a escola trabalhar simulados em que se traga à tona a dubiedade contextual da escrita de artigos de opinião como redação de vestibular.

Palavras-chave: gênero discursivo/textual; ensino; redação de vestibular.

Abstract: This paper approaches Bakhtin’s compositional construction concept (2016) by a dialogic bias, from the textual/discursive genres perspective (BAKHTIN, 2016; BRONCKART, 2009), bringing to the bulge of the discussion the genre “opinion article as a vestibular essay”. The objective is to show how the Bakhtin concept of compositional construction extrapolate the mere textual structure, this commonly addressed, in the teaching of essays, by the traditional parts “introduction, development and conclusion”. Without despising this standard pattern of the texts in general, this text highlights the importance of thinking about the composition “relatively stable” of the genre from, firstly, of its communicative situationality. In this work, the opinion article as a vestibular essay is taken as a textual/discursive genre that functions by the dialectic of two production contexts:

a virtual, related to the genre of social reference, inserted in the journalistic sphere; another real, related to the evaluative context of the vestibular process. As theoretical base, the text is based on the studies of Bakhtin (2016) and Bronckart (2009) about the discursive/textual genres, as well as researchers that use the vestibular essay and the opinion article as investigation object. The empirical analysis takes as a corpus two essays from the 2018 vestibular of North of Parana Estate University evaluated with the best grades (8,5), but that didn't achieve the maximum grade (10,0). The results point the necessity of the school to work vestibular simulations that show the contextual dubiousness of the opinion articles writing as a vestibular essay.

Keyword: textual/discursive genre; teaching; vestibular essay.

INTRODUÇÃO

A construção composicional de um enunciado é, segundo define o Círculo de Bakhtin, um dos três elementos que “estão indissolivelmente ligados *no conjunto* do enunciado” (BAKHTIN, 2016, p. 12 – grifo do autor). Assim como o estilo, essa se constitui a partir de aspectos discursivos como: o conteúdo temático do qual trata o texto; as especificidades do campo da atividade humana na qual está inserido o gênero; o propósito comunicativo que deu origem à interação; quem são e quais os papéis que assumem os participantes da interação em específico. Nesse sentido, mais do que “partes de um texto” – consagradas pelo senso comum, normalmente, como introdução, desenvolvimento e conclusão – a construção composicional é um dos elementos essenciais na organização de um texto.

Durante muito tempo (e, em muitas situações, ainda hoje) esteve muito presente na fala dos professores, nos materiais didáticos e sítios especializados na preparação de candidatos ao vestibular, o paradigma de que a redação, geralmente um texto dissertativo-argumentativo solicitado em concurso de vestibular, se estrutura, de forma padronizada, por essas três partes – introdução, desenvolvimento e conclusão – e que, sobretudo, esse é o componente principal da sua organização. Por exemplo, ao acessar o *Google*, os primeiros sítios e *blogs* listados como resultado da busca pela expressão “estrutura da redação de vestibular”, o que encontramos são matérias em que a referida estruturação é explicitada logo no título, como essa da página do *Guia do Estudante*¹: “Entenda a

¹ O Guia do Estudante é uma revista, física e virtual, da Editora Abril, que tem como foco divulgar matérias com dicas de como participar de vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio: o modo de produzir redações; quais livros de literatura estudar; qual o tempo de dedicação para estudo; como se comportar nos exames; dicas e explicações sobre profissões; mercado de trabalho, etc. O Guia também publica avaliações dos cursos superiores oferecidos no Brasil. Matéria disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/entenda-a-estrutura-da-dissertacao-e-veja-como-planejar-a-sua/>. Acesso em: 10/10/2019.

estrutura da dissertação (e veja como planejar a sua). Dissertação é dividida em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão”.

Diante dessa situação, vimos como importante realizar estudos que contribuam para a compreensão de que mais do que partes de um texto consagradas como introdução, desenvolvimento e conclusão, a construção composicional é constituída e reflete aspectos que envolvem o campo, a prática social, os elementos que envolvem a condição de produção discursiva (BAKHTIN, 2016), e, por esse motivo, pode organizar-se de diferentes formas na materialização de um gênero discursivo/textual² específico. Ao ser inseparável do todo do enunciado, como defende Bakhtin (2016), a construção composicional colabora para a construção dos sentidos de um texto de forma fundante. Logo, não é somente um tópico estrutural ligado à forma do texto.

Tal perspectiva está instituída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Ao indicar prescrições para o trabalho com as práticas da leitura, escuta, produção de textos e análise linguística/semiótica, que se realizam em todos os campos de atuação social, o documento indica como uma das habilidades a serem desenvolvidas nos alunos do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio:

Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.). (BRASIL, 2018, p. 506)

Orientações essas que colocam em evidência o caráter fundador da construção composicional como um fenômeno não só estrutural, mas também discursivo. As escolhas de como organizar formalmente o texto é que auxiliam na construção dos sentidos pretendidos pelo autor.

Neste trabalho³, nosso foco recai sobre a construção composicional do gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. Baseadas em estudos de Striquer e Franco

² Ao empregarmos a expressão “gêneros discursivos/textuais” marcamos nosso posicionamento constituído na definição de gêneros discursivos a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin, e do aporte teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo que dá origem a definição de gêneros textuais. Assim, a terminologia por nós adotada é “gêneros discursivos/textuais”.

³ Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa “A escrita de textos argumentativos em contexto de vestibular” desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e ao Projeto “Gêneros discursivos/textuais: dos documentos prescritos à sala de aula - Projeto subsidiado pela Fundação Araucária do Paraná, pela Bolsa Produtividade em pesquisa, sob a coordenação da primeira autora deste artigo.

(2016) e Striquer e Barros (2019), o artigo de opinião em contexto de vestibular é um novo gênero discursivo/textual, visto que, ao deslocar-se do seu contexto natural de produção, do campo jornalístico, os objetivos discursivos e os elementos que formam o contexto de produção não são os mesmos: o autor assume outros papéis sociais; os destinatários são outros; o tempo e espaço de produção também, conseqüentemente, os elementos linguístico-discursivos refletem esses aspectos. Não só a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mas outras universidades solicitam esse gênero como redação em seus vestibulares (entre outros)⁴. Entretanto, por ser o artigo de opinião um texto essencialmente dissertativo-argumentativo, esse acaba confundindo-se com a tradicional dissertação escolar, abordada, quase sempre pela estrutura “introdução, desenvolvimento e conclusão”, a qual é priorizada nos cursos preparatórios vendidos pela mídia. Por exemplo, ao acessar o sítio <https://www.portugues.com.br/redacao/artigo-opiniao-.html>, a instrução sobre o artigo de opinião solicitado em vestibular é que: “Por ser um texto argumentativo, o artigo de opinião apresenta três partes fundamentais:” introdução, desenvolvimento e conclusão. Não negamos essa estruturação, uma vez que todo texto, independentemente do gênero que o configura, organiza-se, fundamentalmente, por esse esquema textual. Contudo, ressaltamos que essa estruturação básica do texto não é o principal aspecto da construção composicional de um gênero, uma vez que, como ressaltamos anteriormente, esta implica muitos outros fatores.

Nosso objetivo, neste artigo, é, portanto, realizar uma explanação teórica dos aspectos que formam a construção composicional do artigo de opinião como redação de vestibular, sustentados pelos preceitos do Círculo de Bakhtin e de suas leituras pelo Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), e, em um segundo momento, investigar como os candidatos às vagas na UENP estão organizando a construção composicional das redações produzidas em situação de concurso de vestibular. A intenção é construir elucidaciones que possam auxiliar os professores da Educação Básica na construção de ações e atividades pedagógicas que aprimorem as capacidades de linguagem dos alunos para a produção do referido gênero discursivo/textual em contexto de vestibular.

CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL: REVISITANDO CONCEITOS TENDO COMO ESCOPO O ARTIGO DE OPINIÃO COMO REDAÇÃO DE VESTIBULAR

⁴ As Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), por exemplo, também solicitam o artigo de opinião em seus vestibulares, assim como outros gêneros discursivos/textuais.
Volume 21
Número 49

Ao apresentar as definições de cada um dos três elementos que formam um gênero discursivo, o conteúdo temático, a construção composicional e ao estilo, ao referir-se aos dois últimos a assertiva de Bakhtin (2016) é a de que esses elementos configuram certa estabilidade aos discursos que se moldam em gêneros. Nas palavras do autor, “todos os nossos enunciados têm formas relativamente estáveis e típicas de construção do conjunto” (BAKHTIN, 2016, p. 38). Contudo, a constância e sedimentação de uma forma/organização do discurso em texto não se realiza de forma rígida, coercitiva e presa como na normatização gramatical da língua. Existem gêneros mais padronizados, os quais possuem uma estrutura mais determinada, como os oficiais que, segundo Bakhtin (2016, p. 40), “apresentam um alto grau de estabilidade e coação”.

Ao mesmo tempo, existem gêneros mais flexíveis, mais abertos à criatividade de autor, os quais relacionam-se, normalmente, conforme Bakhtin (2016), às esferas literária e cotidiana e/ou às que promovem a elaboração de gêneros ficcionais. Atualizando essa reflexão, podemos incluir nessa lista a maioria dos gêneros da esfera digital, pelo seu caráter inovador e suscetível aos estilos pessoais.

No caso da redação de vestibular, de forma geral, podemos verificar uma evidente estabilidade enunciativa, já que essa refere-se a um instrumento de entrada do candidato na universidade, que passará, sempre, por avaliação de uma banca especializada. Os comandos de produção explicitados pela prova de redação refletem esse contexto avaliativo. Independentemente do gênero solicitado, os comandos do texto da redação, por exemplo, determinam um número de linhas; não admitem identificação de autoria; exigem o emprego da norma culta da língua.

No comando da redação do vestibular 2018 da UENP todas essas instruções estão presentes. No caso da exigência do uso da “norma culta da língua portuguesa”, isso se justifica pois os dois contextos imbricados – o virtual, a escrita de um artigo para um jornal; o real, a escrita de uma redação como instrumento avaliativo para ingresso na universidade – referem-se a situações formais de uso da língua. A redação deve configurar-se em um artigo de opinião, supostamente a ser veiculado em um jornal, ou seja, uma situação institucionalizada – no vestibular da UENP, o candidato deve “assumir o papel social de um leitor de jornal que intenciona publicar seu ponto de vista” (UENP, 2017); o interlocutor real, aquele sujeito físico que recebe o texto para leitura (SILVA, 2018) é uma banca de professores especialistas da língua portuguesa. Assim, além do interlocutor real, os candidatos devem dirigir-se, supostamente, a interlocutores virtuais

(SILVA, 2018): editores e leitores do jornal como indivíduos que supostamente serão os leitores do artigo. Valida-se, assim, a proposição de Bakhtin (2016, p. 129) de que “A palavra é determinada não só por sua relação com o objeto, mas também por sua relação com a palavra do outro (o estilo do outro)”.

Outro aspecto que sustenta a estabilidade do artigo de opinião como redação de vestibular, como vimos (e aqui podemos nos referir às redações, sejam de qual gênero for), é o fato de a banca ser responsável pela ação de corrigir, normalmente, centenas de textos, sendo preciso uma delimitação do número de linhas igual para todos os candidatos, a fim de um julgamento com parâmetros não subjetivos. E também, não ser permitido assinar o texto e não deixar indícios de autoria mesmo no corpo do texto, porque o fundamento de um concurso é a avaliação às cegas, isto é, sem privilegiar quem possa ser o candidato, dando condições aos que estão mais bem preparados a terem acesso a uma formação superior. Conforme Bakhtin (2016, p. 62),

Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento se torna um pensamento real pela primeira vez (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

No caso, a atitude responsiva esperada pelo autor da redação em relação a seu interlocutor (o real, ver SILVA, 2018) é que este (corretor da redação) veja que ele sabe se posicionar diante da polêmica estabelecida no tema; sabe construir argumentos baseados em conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida escolar e de seus relacionamentos cotidianos; está inteirado com as questões sociais. Aspectos todos esses convergentes com a função social do gênero “artigo de opinião”, do campo jornalístico ou de vestibular, conforme Buckta e Striquer (2015) e Striquer e Franco (2016). Tal atitude responsiva se traduz na prática pela nota concedida pelos corretores ao texto produzido, sendo a banca, então, um participante ativo na interação, noção essa trazida por Bakhtin (2016) quando discorre sobre o conceito de *responsividade ativa*.

O artigo de opinião como redação de vestibular é um texto que se ancora, estruturalmente, no seu gênero de referência: o artigo de opinião do campo jornalístico. Esse, por sua vez, mesmo pautando-se na estrutura argumentativa: apresentação de

premissa, argumentos, contra-argumentos e tese (ou conclusão) (ver BRONCKART, 2009); apresenta uma diversidade na sua estrutura composicional, já que recebe influência direta da situacionalidade de produção. O artigo de opinião pode ser textualizado, por exemplo, de forma geral, como um contra-argumento: o autor apresenta as posições contrárias e as refuta, uma a uma, como faz o autor do artigo “A ilegitimidade da lei antifumo” (disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1795083>, acesso em 14 abr. 2020).

Por outro lado, não podemos negar que o artigo de opinião em contexto de vestibular é bastante influenciado pela redação dissertativa, gênero escolar por tradição. Segundo os estudos de Buckta e Striquer (2015) e de Striquer e Franco (2016), os elementos estáveis que configuram a estrutura desse gênero, assentando a ele uma maior estabilidade (BAKHTIN, 2016) são: apresentar o ponto de vista do autor a respeito do tema; construir argumentos que justifiquem, expliquem e fundamentem o ponto de vista, com a exposição também de contra-argumentos, a fim de contestar posições contrárias; ao final, voltar à tese para encerramento.

No entanto, ainda como afirmam Striquer e Franco (2016), mais do que partes do texto, ou uma configuração aleatória, ou algo assentado sobre o prisma do sistema normativo da língua, essa estrutura reflete às condições discursivas que a deram origem e nas quais estão inseridas: discutir problemas sociais controversos, apresentando um ponto de vista, argumentando sobre ele, a fim de convencer seu interlocutor. Nesse sentido, se afirma a proposição de que um enunciado “jamais pode ser considerado uma *combinação absolutamente livre* de formas da língua” (BAKHTIN, 2016, p. 42 – grifo do autor).

Outro aspecto que coloca em evidência a consideração ao interlocutor no processo de organização da construção composicional é o *tipo de discurso* (BRONCKART, 2009). O discurso empregado com regularidade no artigo de opinião como redação de vestibular, de acordo com Buckta e Striquer (2015) e Striquer e Franco (2016), é o *discurso interativo* (BRONCKART, 2009). O conteúdo temático se relaciona diretamente com as coordenadas da ação de linguagem (STRIQUER, 2014), isto é, o autor do texto está implicado no assunto desenvolvido no texto, ele apresenta um ponto de vista pessoal sobre o tema. Assim, o discurso é organizado por recursos que marcam a interação entre o autor e tema e o autor e o interlocutor direto (estando presente no processo como aquele que responderá ativamente a redação, como abordado). Striquer (2014, p. 318) explica que “Existe um eu que expõe”, por isso, “o emprego de pronomes e de verbos que indicam

a 1ª pessoa do discurso, singular ou plural, e dêiticos de tempo e lugar configurando os acontecimentos tratados no texto como ocorridos no momento, ou próximo ao momento de produção do texto”.

Destacamos que os estudos de Canizares, Santos e Manzoni (2019), a respeito de textos dissertativos solicitados como redação de vestibular da Universidade Estadual Paulista (UNESP) revelam que o *discurso teórico* (BRONCKART, 2009) é o que predomina naquelas redações. É o que predomina também nos textos dissertativos-argumentativos como redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme Striquer (2014). O discurso teórico está presente na textualização de gêneros em que há conjunção entre mundo discursivo e mundo empírico, mas não há referências dêiticas de pessoa, tempo ou espaço da produção verbal. Para Vidon (2012, p. 425), esse tipo de discurso implica o emprego da indeterminação do sujeito, sob a forma impessoal do discurso, o que causa, “um estado de tensão enunciativa evidente”; “[...] um paradoxo, um dilema que os estudantes de nível médio, pré-vestibulandos e vestibulandos, ou não, produtores de dissertações, têm de enfrentar”. Em convergência com o que expomos, o artigo de opinião como redação de vestibular requer uma implicação do agente-produtor do texto que deve apresentar uma posição, uma subjetivação (STRIQUER; FRANCO, 2016; STRIQUER; BARROS, 2019). Requerer que o autor seja objetivo, distanciado do objeto em discussão, não colocando-se como um eu individual, mas como um representante de um grupo social, “implica a assunção de um enunciador dessubjetivado” (VIDON, 2012, p. 425). É, para o autor, com o qual concordamos, um apagamento da função social do gênero, da interação que se estabelece naturalmente entre do autor e as coordenadas da ação de linguagem (BRONCKART, 2009). Mas, de qualquer forma, a impessoalidade passou a configurar-se como uma das características das redações de cunho dissertativo-argumentativo, o que concretiza a definição exposta por Marcuschi (2002) de que todo gênero é maleável e flexível por diversos motivos.

No estatuto que fundamenta no artigo de opinião, de posicionar-se e convencer o outro por meio de argumentos, a sequência textual predominante no gênero, jornalístico ou no vestibular, é a *argumentativa* (BUCKTA; STRIQUER, 2015; STRIQUER; FRANCO, 2016). Essa sequência é elaborada “quando o agente produtor considera que um aspecto do tema que expõe é contestável a seu ver e/ou ao do destinatário” (BRONCKART, 2009, p. 234-235) e/ou quando o que o autor deseja é “criar em seu interlocutor um efeito de sentido que o faça aderir ou refutar uma tese exposta” (BALTAR, 2007, p. 157).

CONTEXTUALIZANDO O *CORPUS* DE ANÁLISE

Para alcançar nosso objetivo de compreender como os candidatos às vagas na UENP estão realizando a construção composicional dos artigos de opinião como redação de vestibular, selecionamos um *corpus* composto por dois textos (ver Anexo) que participaram do concurso de 2017, para ingresso em 2018 na universidade, chamado, então, de vestibular 2018. Esses textos foram eleitos de forma aleatória, e pertencem ao conjunto dos que alcançaram as maiores notas, diante do total de redações corrigidas, nota 8,5. Evidentemente que, por não alcançarem a nota máxima, 10 pontos, os textos apresentam problemas, o que nos permite construir a hipótese de que os problemas podem estar relacionados à organização dos elementos que formam a construção composicional (não só, mas focamos esse aspecto neste trabalho).

Logo, ao analisarmos esses textos, sustentados pelos conceitos teóricos revisitados na seção anterior, cumprimos nossa proposição de construir estudos que possam auxiliar os professores em ações e atividades, nas salas de aula do Ensino Médio, para o desenvolvimento da produção do artigo de opinião como redação de vestibular.

A ORGANIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL NAS REDAÇÕES DE VESTIBULAR

No vestibular de 2018, essa foi a instrução no caderno de prova para que o candidato produzisse a redação:

Produza um **artigo de opinião**, assumindo o papel social de um leitor de jornal que intenciona publicar seu ponto de vista em relação à questão polêmica: **De modo geral, o ativismo nas redes sociais, ou ciberativismo, tem repercussões significativas na sociedade ou fica restrito ao mundo virtual?**

Não se esqueça de que o artigo de opinião é um **texto argumentativo**, por isso, além de se posicionar frente à questão exposta, é preciso selecionar bons argumentos para a defesa da sua tese.

Os textos a seguir abordam a questão apresentada, mas lembre-se de que eles podem ser usados apenas como suportes para a sua

argumentação e nunca copiados deliberadamente. Você será avaliado pelo grau de autoria do texto! (UENP, 2017- grifos da prova).

Iniciamos nossas análises tendo como ponto de partida a proposição de Bakhtin (2016, p. 135) quanto aos aspectos que determinam a seleção dos recursos linguísticos e estilísticos:

[...] 1) o conteúdo semântico-objetual (isto é, o direcionamento para o objeto do discurso; 2) a expressividade, ou seja, a expressão do sujeito falante (suas emoções, suas relações com o objeto do discurso); 3) a relação com o ouvinte e com o discurso do outro (de uma terceira pessoa). (BAKHTIN, 2016, p. 135).

Visamos, primeiramente, observar como os autores das redações organizaram o *plano geral do texto* (BRONCKART, 2009) considerando para quem se dirige os textos: a banca corretora e os supostos leitores de um jornal, bem como dos discursos estabelecidos nos comandos de produção da prova.

Dos discursos das prescrições, os candidatos, com eles, dialogam de forma explícita, isto é, apresentam imediatamente na ação uma *compreensão ativamente responsiva* (BAKHTIN, 2016, p. 25) (em referência às orientações apresentadas na seção anterior), elaboraram as redações dentro do número de linhas determinados. Por exemplo, a Redação 1 tem 28 linhas e, a 2, 27; os dois textos são assinados com a expressão “articulista do jornal”; não apresentam rasuras; apresentam título; e fazem uso da norma culta, porém, com algumas digressões (ver Anexo).

A premissa de Bakhtin/Volochinov (2014, p. 116) é a de que “não pode haver interlocutor abstrato”, visto que,

A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao interlocutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 116).

Nesse caso, é importante que a escola, ao trabalhar com a preparação para o vestibular, coloque em evidência a dupla situação de produção imposta pelas redações de vestibular – contexto virtual e real –, ao adotarem gêneros de referência social como instrumentos de avaliação escrita. No vestibular 2018 da UENP, por exemplo, determina-se que o candidato, na condição de produtor de um artigo de opinião, assumo o papel de leitor de um jornal e apresente a esse veículo seu posicionamento diante de um assunto, acarretando, assim, que os leitores do suposto jornal se tornem também seus

interlocutores. Os professores, ao elaborarem aulas voltadas para a abordagem desse vestibular, tratem tanto dos *interlocutores reais* como dos *virtuais* (SILVA, 2018). Dessa forma, no trabalho em sala de aula é importante que o aluno tenha contado não só com exemplares e com atividades que abordem as características do gênero discursivo/textual “artigo de opinião como redação de vestibular”, mas também as do artigo de opinião jornalístico, a fim de compreender como o diálogo é constitutivo nessas situações de interação.

Ainda na relação entre o autor do texto e os discursos dos comandos de produção, a prescrição da prova em análise é para que seja produzido um artigo de opinião. Como vimos, os estudos de Buckta e Striquer (2015) e Striquer e Franco (2016) apontam que regularmente o artigo de opinião como redação de vestibular é estruturado da seguinte forma: no(s) primeiro(s) o ponto de vista sobre o tema é exposto; parágrafos centrais articulam os argumentos; nos parágrafos de encerramento volta-se à tese para uma síntese do exposto ou reafirmações. É com base nesses estudos que analisamos nossos exemplares:

Na Redação 1, o ponto de vista está exposto no primeiro parágrafo:

Com certeza o uso das redes sociais influenciou, amplamente, a participação dos indivíduos e a exposição de suas opiniões e posicionamentos políticos sociais, porém, mesmo garantindo tal liberdade de expressão esse cyberativismo não foi capaz de gerar repercussões significativas na sociedade.

A opinião do autor é a de que o *cyberativismo* não gera repercussões significativas na sociedade, isto é, no mundo real. Contudo, mesmo o ponto de vista estando presente, caracterizando o texto como opinativo, o fato da expressão “Com certeza” iniciar o enunciado pode indicar que o autor da redação compreendeu que a pergunta que forma o texto do tema: “De modo geral, o ativismo nas redes sociais, ou ciberativismo, tem repercussões significativas na sociedade ou fica restrito ao mundo virtual?” (UENP, 2017), deveria ser respondida de forma direta. Apenas por esse motivo o texto não pode ser descaracterizado como um artigo de opinião, mas vai de encontro ao que Bakhtin/Volochinov (2014, p. 116) defendem: “Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*” (grifos do autor). Na situação de vestibular, sendo solicitado a produção de um artigo de opinião, independentemente do formato do comando de produção, isto é, mesmo que o enunciado do tema apareça em formato de pergunta, o texto deve ser gerido, pelo candidato, refletindo à situação de interação. No edital do vestibular e na folha de prova está

determinado que o candidato deve produzir um artigo de opinião, e não uma resposta argumentativa como pode ser classificado o início do texto 1.

Na Redação 2, o ponto de vista mais explícito é a de que o *cyberativismo* só traz transformações quando é um engajamento social não limitado só às redes sociais, e se encontra no parágrafo 2:

Hannah Arendt, filósofa alemã, caracteriza a Ação como a partícula que singulariza o homem enquanto animal político. Para a filósofa a ação humana racionalizada e voltada aos interesses da comunidade singularizam o valor político do indivíduo. Na atualidade, o uso das redes sociais como meio de ativismo político, constitui-se como uma importante ferramenta para a firmação individual política e social.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o notável uso das redes sociais na contemporaneidade, denota o aumento da participação dessas ferramentas no cotidiano do cidadão. Destarte, a utilização das redes sociais para fins políticos, é uma consequência que se implicado novo paradigma social e político atual. Todavia, somente realizar o uso das mesmas mídias como forma de consolidação do ativismo político, é insuficiente para consolidar o uso de um direito consolidado. A participação política. Diante disso, vale ressaltar que o uso das redes sociais é válido e simbólico, somente quando esteja imbuídos do mais profundo e espírito político de engajamento e traz transformação.

Nos últimos anos, iniciar o texto com a exposição de fatos históricos ou conceitos filosóficos tem se tornado muito comum em redações, e valorizado pelos corretores de concursos, conforme pode ser constatado em redações classificadas como nota 10 ou nota 1.000 pontos, divulgadas pela mídia. Fato impulsionado por uma das competências estabelecidas pelo ENEM: “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema” (BRASIL, 2017, p. 15). Contudo, em nossa interpretação, o primeiro parágrafo do Texto 2 poderia ser assentado como início do processo de apresentação de argumentos, podendo configurar como um argumento de autoridade, pois “É a citação de autores renomados, autoridades num certo domínio do saber, numa área da atividade humana, para corroborar uma tese, um ponto de vista” (PLATÃO; FIORIN, 2001, p. 285). Ou, na classificação de Garcia (2002), seria uma alusão histórica. Proposição nossa que não desvaloriza ou contrapõe a organização da Redação 2, uma vez que o próprio comando de produção da prova afirma que o candidato “será avaliado pelo grau de autoria do texto!”. Certamente, essa estruturação exprime a individualidade, a valoração pessoal do autor. Segundo Bakhtin (2016, p. 47), “A relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual do enunciado é determinado sobretudo por seu aspecto expressivo”.

Partindo para análises da fase de *apresentação de argumentos*, o autor do texto deve defender seu ponto de vista, visando convencer seu interlocutor ou até mesmo influenciá-lo. De acordo com Platão e Fiorin (2001), alguns dos tipos de argumentos mais utilizados em textos de opinião, cabendo, portanto, considerá-los no artigo de opinião, são: a) argumentos de autoridade – citação de autores renomados, de autoridades do tema em tratamento; b) argumentos baseados no consenso – proposições evidentes; c) argumentos fundamentados em provas concretas – resultados de pesquisas, dados científicos, estatísticas; d) argumentos com base no raciocínio lógico – decorrente, por exemplo, de exposição de causa e consequência; e) argumentos de competência linguística – utilizar léxico e sintaxe adequados à situação de interação. Sustentados por essa categorização, investigamos os textos do nosso *corpus*.

Relembrando, o posicionamento do autor da Redação 1 é a de que o *cyberativismo* não gera repercussões significativas na sociedade, isto é, no mundo real. E seus argumentos são expostos nos parágrafos 2, 3, 4, do total de 5 parágrafos que tem o texto.

Claramente devemos considerar que, diante de alguns casos, como desabamentos, desastres bélicos e outras tragédias em que necessitou-se de uma mobilização maior da população, o ativismo das redes de comunicação contribuem para agilizar o processo de socorro e recuperação das áreas afetadas. Em contrapartida, quando as questões abordadas referem-se a termos igualmente abrangentes, como política, religião, sexualidade, etc, esse cyberativismo transforma-se em um real inativismo, visto que a agitação social, na maioria dos casos, não ultrapassa o meio virtual.

Basta fazermos uma pequena reflexão e análise em nossas contas da internet e verificarmos quantas e quantas vezes já apoiamos causas que, para nós, pareciam tão grandiosas, envolvendo e expondo nossos posicionamentos e opiniões, obviamente que tudo atrás do mundo virtual em que é preciso apenas um “click” e pronto, nos tornamos cidadãos ativos e preocupados com a manutenção e bem-estar de nossa sociedade.

Acontece que essa atitude não passa de uma tremenda hipocrisia, pois atrás de uma tela de computador somos indivíduos que entoam um hino clamando por mais igualdade, direito e respeito, mas quando desprotegidos desta tela de vidro, somos apenas mudos frágeis e indefesos que se contentam com o pouco que se calam por medo, medo de encontrar, nas ruas, divergência e de lutar pelo que acredita.

Visando, portanto, explicar que o *cyberativismo* fica restrito ao mundo virtual, o autor discorre a respeito da ideia de quando os problemas sociais incidem sobre questões que afetam a sobrevivência, o bem-estar das pessoas, a mobilização ocorre no mundo virtual e no real. Mas quando é sobre questões relacionadas a ideologias, que são para o autor, mais abrangentes, os problemas se restringem ao virtual. Na busca de comprovar o argumento, recorre-se a particularidades pessoais, generalizando-as.

É possível que a intenção do autor tenha sido construir *argumentos baseados em provas concretas* (PLATÃO; FIORIN, 2001), porém as proposições não estão apoiadas em fatos. O texto não comprova que diante de desastres e tragédias o ativismo das redes

sociais contribuiu para a solução dos problemas; o mesmo acontece na afirmação de que quando são questões mais abrangentes ocorre um inativismo; bem como que as pessoas pouco se envolvem com causas sociais na internet.

Os argumentos podem basear-se em fatos de experiências cotidianas, conforme aponta Platão e Fiorin (2001), mas devem trazer provas concretas. Compreendemos que o autor simula essa estratégia ao empregar as ideias de que “Basta fazermos uma pequena reflexão e análise em nossas contas da internet e verificarmos quantas e quantas vezes já apoiamos causas...”, só que “obviamente” são ações que ficaram no mundo virtual. Simulação falaciosa, pois não se comprova no texto.

Assim, a Redação 1 tem uma *estrutura característica do gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”* (BUCKTA; STRIQUER, 2015; STRIQUER; FRANCO, 2016), mas os argumentos são frágeis, não podendo ser estratificados em nenhuma das categorias mais regulares teoricamente estabelecidas, tampouco configurando-se como outra categoria possível e/ou recurso consistente de convencimento.

A fase de *apresentação de contra-argumentos* (BRONCKART, 2009), na Redação 1, pode ser identificada como compondo o seguinte parágrafo:

Acontece que essa atitude não passa de uma tremenda hipocrisia, pois atrás de uma tela de computador somos indivíduos que entoam um hino clamando por mais igualdade, direito e respeito, mas quando desprotegidos desta tela de vidro, somos apenas mudos frágeis e indefesos que se contentam com o pouco que se calam por medo, medo de encontrar, nas ruas, divergência e de lutar pelo que acredita.

Para Platão e Fiorin (2001, p.174), quando um assunto é polêmico, naturalmente gera várias opiniões diferentes, por esse motivo, o autor deve sempre prever as opiniões diferentes da sua, ou como seus interlocutores poderiam refutar seus argumentos, e, então, contra-argumentar com argumentos sólidos. Na Redação 1, o autor defende que quem apenas é ativista em redes sociais é um hipócrita, uma vez que não encara as situações de forma presencial. Colocação que também não se enquadra em nenhuma classificação sedimentada, novamente o autor generaliza na afirmação de que quem age virtualmente não tem coragem de fazê-lo pessoalmente.

A Redação 2 tem apenas um parágrafo para a defesa do posicionamento de que *cyberativismo* só traz transformações quando é um engajamento social não limitado somente às redes sociais, defesa essa que é realizada por meio da construção de *argumento baseado em provas concretas* (PLATÃO; FIORIN, 2001):

Outrossim, cabe rememorar um marco na história recente brasileira, o junho de 2013, o qual mostrou ser possível a utilização de ferramentas digitais de forma crítica, racionalizada e politizada para a mobilização de massas e classes sociais distintas na luta de direitos. O movimento liderado por jovens estudantes que se utilizaram das mídias sociais para organização política, ainda apresenta resquícios do espírito social engajado na busca por direitos e, se bem utilizadas, podem implicar em significativas mudanças nos modos de mobilização da organização política reivindicativa e dos atores sociais.

Verdadeiramente ocorreram manifestações em junho de 2013, no Brasil, que iniciaram por meio das redes sociais, mobilizando milhares de pessoas que foram as ruas realizar protestos. Depois disso, realmente, as pessoas passaram a se engajar mais em grupos virtuais e realizar ações sociais de diferentes naturezas. Portanto, fato do argumento ser apresentado em apenas um parágrafo, sem ainda a exposição de contra-argumentos, não descaracteriza o gênero discursivo/textual de referência, mas ratifica nosso pressuposto de que o não alcance de uma nota ainda maior do que o candidato alcançou pudesse se dar ao fato de fragilidades na estrutura formal do texto.

Na finalização do texto é o momento de apresentação de uma síntese para que o autor possa fechar a discussão depreendida no texto ou para introduzir uma nova tese (ver BRONCKART, 2009). Tanto a Redação 1 quanto a 2 encerram com exposição de sínteses do que as outras partes do texto apresentam. E são convergentes com o que Garcia (2002, p. 386) defende como sendo “As principais partículas da conclusão”, as conjunções coordenadas conclusivas: logo, portanto, etc. – no caso, a Redação 1 inicia-se com a conjunção “É por essa razão”, a qual também pode ser classificada como conclusiva; e a Redação 2, da mesma forma, com a conjunção “Assim sendo”.

Para Garcia (2002), é muito comum que a conclusão em textos dissertativos-argumentativos se reduza a um parágrafo. É justamente o que acontece com nosso *corpus*; parágrafos que replicamos a seguir:

Redação 1

É por essa razão que devemos nos libertar do escudo digital e tornar clara a efetiva nossa participação na sociedade, sabendo que uma vez apoiada uma causa e decretada nossa posição a respeito, temos que sustenta-la até o fim, com objetivo de realmente demonstrar nossa preocupação e presença na sociedade.

Redação 2

Assim sendo, “as ferramentas”, por si só, não bastam na busca pelos direitos. A ferramenta não constrói nada sozinha. Portanto, nada poderá substituir o que é mais singular no homem, o que os diferencia dos outros animais “a liberdade racional e deliberativa da Ação.

Colocamos em evidência ainda o fato de que, em comparação, o encerramento da Redação 2 melhor organiza o conteúdo temático, o ponto de vista e argumentos expostos pelo autor do que a 1. O autor destaca a expressão “as ferramentas”, que faz referência ao

título que foi depreendido ao texto; explica que “A ferramenta não constrói nada sozinha”, recuperando a ideia do título; e também referencia, não de forma direta, a alusão histórica realizada no primeiro parágrafo. Promove, assim, a síntese por meio da *coesão nominal* (BRONCKART, 2009).

Como contribuição, podemos colocar a importância da quebra do paradigma de números de parágrafos limitados para a organização de um texto, principalmente de textos dissertativo-argumentativos, dando liberdade para que a estrutura também seja um espaço para demonstrar autoria. Sugerir um trabalho de uso e reflexão, em atividades escolares, do que são e como podem ser construídos os argumentos, tendo como ponto de partida, por exemplo, as classificações de Platão e Fiorin (2001), com o propósito de que o candidato saiba falar a partir do lugar em que está inserido, onde o senso crítico e científico é colocado em primazia ao senso comum, pela própria essência do que é a escola e a universidade.

Dirigimo-nos agora ao *tipo de discurso* (BRONCKART, 2009) predominante no artigo de opinião como redação de vestibular: o *discurso interativo* (BUCKTA; STRIQUER, 2015; STRIQUER; FRANCO, 2016) e o *discurso teórico*, na configuração da impessoalidade em textos dissertativo-argumentativos solicitados como redação de vestibular (STRIQUER, 2014; CANIZARES, SANTOS E MANZONI, 2019). Analisamos como os participantes do Vestibular 2018 da UENP organizam discursivamente seu texto. Os resultados demonstram o emprego do *discurso interativo* na Redação 1, no emprego de pronomes e verbos conjugados na 1ª pessoa do discurso na forma do plural e de dêiticos, demonstrando que o autor participa, ou simula participar, do assunto em tratamento (o que também é característica do gênero) (STRIQUER, 2014). Na Redação 2, o *discurso teórico* é o que textualiza o conteúdo temático. Nesse sentido, não há marcas linguísticas do diálogo entre o autor e seus interlocutores (ver Anexo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou abordar o conceito de construção composicional de Bakhtin (2016) por um viés dialógico, a partir da perspectiva dos gêneros discursivos/textuais (BAKHTIN, 2016; BRONCKART, 2009), trazendo para o bojo da discussão o gênero “artigo de opinião como redação de vestibular”. A intenção foi mostrar como o conceito bakhtiniano de construção composicional extrapola a mera estrutura textual, esta

comumente abordada, no ensino das redações de vestibular, pelas tradicionais partes “introdução, desenvolvimento e conclusão”. Sem desprezar essa estrutura padrão dos textos em geral, procuramos salientar a importância de se pensar a composição “relativamente estável” do gênero a partir, primeiramente, da sua situacionalidade comunicativa.

Neste trabalho, o artigo de opinião como redação de vestibular foi tomado como um gênero discursivo/textual que funciona sob a dialética de dois contextos de produção: um virtual, relacionado ao gênero de referência social, inserido na esfera jornalística; outro real, relacionado ao contexto avaliativo do processo vestibular. Nesse sentido, a construção composicional desse gênero prescinde das representações desses dois contextos imediatos. Portanto, cabe ao candidato agir coerentemente na textualização da sua redação, de forma a atender essa dubiedade situacional.

Pensando na contribuição de nossas reflexões para o ensino institucionalizado da língua portuguesa, nossa sugestão é a de que a escola promova provas simulando a situação do vestibular para amenizar a *artificialidade do contexto* (GERALDI, 1995), a fim de que o artigo de opinião como redação de vestibular seja trabalhado em decorrência do diálogo com os interlocutores pressupostos pela interação. O simulado possibilita também que o corretor não seja, sempre e unicamente, o professor regente da sala de aula. Outros professores podem ser convidados a serem corretores, reproduzindo a situação de banca. O aluno pode, então, escrever para um interlocutor real. Em sala de aula, muitas vezes, a banca corretora do concurso de vestibular não é tomada como conteúdo, promovendo que o interlocutor da redação seja abstrato. Como se quem corrigisse as redações fosse também um programa de computador, semelhante ao caso da conferência dos gabaritos que formam as respostas às questões objetivas das provas do vestibular. Isto é, quem é o corretor, qual o papel social que ele ocupa na situação do vestibular, geralmente, não são tomados como objeto de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Marcos. O conceito de tipos de discurso e sua relação com outros conceitos do ISD. In: GUIMARÃES, Ana Maria; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antonia (org.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007, p. 145-160.

- BAKHTIN, Michail. *Os gêneros do discurso*. Organização e tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Michail/VOLOCHINOV, Valentín N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BRASIL. Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB. *Cartilha do participante: redação do ENEM 2017*. Brasília: MEC, DAEB, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC; SEB, 2018.
- BRONCKART, Jean Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2009.
- BUCKTA, Marta Aline; STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos Striquer. O artigo de opinião: materialização de novas práticas sociais de linguagem. In: REIS, Simone; EGIDO, Alex Alves (org.). *Anais [do] I Congresso Internacional da Linguística Aplicada Crítica* [livro eletrônico]: linguagem, ação e transformação. Londrina-PR: UEL, 2015, p. 1341-1354.
- CANIZARES, Kathia Alexandra Lara; SANTOS, Thaís Cavalcanti dos; MANZONI, Rosa Maria. Modelização teórico-didática do gênero dissertação argumentativa adaptada ao vestibular da UNESP. *Revista CBTecele*, v.1, n.1. 2019, p. 154-174.
- GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. 22. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GERALDI, João Wanderlei. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- SILVA, Carla Catarina. *Caracterização dos comandos de produção textual da prova de redação do vestibular da UEM*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.
- STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; O método de análise de textos desenvolvido pelo Interacionismo Sociodiscursivo. *Eutomia*, Recife, n. 14, v. 1, dez. 2014, p.313-334.
- STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos.; FRANCO, Adenize Aparecida. Um projeto de letramento para o ensino médio: o ensino do artigo de opinião como redação de vestibular. In: BRITO, Luciana; SILVA, Fernando Moreno da; GABRIEL, Fábio Antonio (Orgs.). *Pesquisas em linguagem: interfaces linguísticas, literárias e culturais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016, p. 79-104.
- STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Não posso fugir do tema! Mas o que é tema! O conteúdo temático na redação de vestibular. *Revista Muitas Vozes*, v. 8, n. 2, p. 179-195, 2019.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP. *Edital n. 057/2017 GR-UENP*. Publicação das disposições que regem o Processo Seletivo de Vestibular, público, próprio e unificado, para ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Jacarezinho: GR-UENP, 2017. Disponível em: <https://vestibular.uenp.edu.br/2018/site/>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- VIDON, Luciano Novais. Autoria em redações de vestibular: considerações a partir da perspectiva bakhtiniana. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 2, 2012. p. 419-432. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/1169/725>. Acesso em 31 jan. 2019.

ANEXO – *Corpus* da pesquisa

Redação 1⁵

Transcedendo o cyberativismo

Com certeza o uso das redes sociais influenciou, amplamente, a participação dos indivíduos e a exposição de suas opiniões e posicionamentos políticos sociais, porém, mesmo garantindo tal liberdade de expressão esse cyberativismo não foi capaz de gerar repercussões significativas na sociedade.

Claramente devemos considerar que, diante de alguns casos, como desabamentos, desastres bélicos e outras tragédias em que necessitou-se de uma mobilização maior da população, o ativismo das redes de comunicação contribuem para agilizar o processo de socorro e recuperação das áreas afetadas. Em contrapartida, quando as questões abordadas referem-se a termos igualdade abrangentes, como política, religião, sexualidade, etc, esse cyberativismo transforma-se em um real inativismo, visto que a agitação social, na maioria dos casos, não ultrapassa o meio virtual.

Basta fazermos uma pequena reflexão e análise em nossas contas da internet e verificarmos quantas e quantas vezes já apoiamos causas que, para nós, pareciam tão grandiosas, envolvendo e expondo nossos posicionamentos e opiniões, obviamente que tudo atrás do mundo virtual em que é preciso apenas um “click” e pronto, nos tornamos cidadãos ativos e preocupados com a manutenção e bem-estar de nossa sociedade.

Acontece que essa atitude não passa de uma tremenda hipocrisia, pois atrás de uma tela de computador somos indivíduos que entoam um hino clamando por mais igualdade, direito e respeito, mas quando desprotegidos desta tela de vidro, somos apenas mudos frágeis e indefesos que se contentam com o pouco que se calam por medo, medo de encontrar, nas ruas, divergência e de lutar pelo que acredita.

É por essa razão que devemos nos libertar do escudo digital e tornar clara a efetiva nossa participação na sociedade, sabendo que uma vez apoiada uma causa e decretada nossa posição a respeito, temos que sustentá-la até o fim, com objetivo de realmente demonstrar nossa preocupação e presença na sociedade.

Articulista do jornal.

Redação 2

“A ferramenta não substitui o construtor”

Hannah Arendt, filósofa alemã, caracteriza a Ação como a partícula que singulariza o homem enquanto animal político. Para a filósofa a ação humana racionalizada e voltada aos interesses da comunidade singularizam o valor político do indivíduo. Na atualidade, o uso das redes sociais como meio de ativismo político, constitui-se como uma importante ferramenta para a firmação individual política e social.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o notável uso das redes sociais na contemporaneidade, denota o aumento da participação dessas ferramentas no cotidiano do cidadão. Destarte, a utilização das redes sociais para fins políticos, é uma consequência que se implicado novo paradigma social e político atual. Todavia, somente realizar o uso das mesmas mídias como forma de consolidação do ativismo político, é insuficiente para consolidar o uso de um direito consolidado. A participação política. Diante disso, vale ressaltar que o uso das redes sociais é válido e simbólico, somente quando esteja imbuídos do mais profundo e espírito político de engajamento e traz transformação.

Outrossim, cabe rememorar um marco na história recente brasileira, o junho de 2013, o qual mostrou ser possível a utilização de ferramentas digitais de forma crítica, racionalizada e politizada para a mobilização de massas e classes sociais distintas na luta de direitos. O movimento liderado por jovens estudantes que se utilizaram das mídias sociais para organização política, ainda apresenta resquícios do espírito social engajado na busca por direitos e, se bem utilizadas, podem implicar em significativas mudanças nos modos de mobilização da organização política reivindicativa e dos atores sociais.

Assim sendo, “as ferramentas”, por si só, não bastam na busca pelos direitos. A ferramenta não constrói nada sozinha. Portanto, nada poderá substituir o que é mais singular no homem, o que os diferencia dos outros animais “a liberdade racional e deliberativa da Ação.

Articulista do jornal

Data de recebimento: 19/04/2020

Data de aprovação: 06/05/2020

⁵ Os textos dos candidatos foram transcritos da forma como foram escritos nas folhas de redações, respeitando a ortografia utilizada e a disposição dos parágrafos.